



Nota Técnica sobre a presença de índios isolados na região do alto rio Jaquirana, fronteira Brasil-Peru

Introdução

O presente documento tem o objetivo de apresentar, de forma concisa, dados referentes à presença de índios isolados na bacia do rio Jaquirana – onde estão localizadas a Terra Indígena Vale do Javari (Brasil) e a proposta de Reserva Territorial Tapiche, Blanco, Yaquerana, Chobayacu y Afluentes (Peru) –, a partir do cruzamento de informações bibliográficas, depoimentos coletados em campo e informações geográficas disponíveis em diferentes fontes. Sua elaboração foi motivada pela situação de alta vulnerabilidade a que está(ão) sujeito(s) esse(s) povo(s) no atual contexto da região, diante da aprovação do Estudo de Impacto Ambiental do Projeto de Prospecção Sísmica 2D e Perfuração Exploratória de Três Poços no Lote 135, da empresa Pacific Stratus Energy S.A. – Sucursal Peru em maio de 2011 (por meio da “*Resolución Directoral N° 152-2011-MEM/AAE*”). Este projeto compreende 18 linhas sísmicas com extensão total de 1.154 km e a abertura de três poços exploratórios em sobreposição à referida proposta de Reserva Territorial.

Há fortes indícios da existência de índios isolados em ambos os lados da fronteira Brasil-Peru nesta região, que compreende a bacia hidrográfica do Jaquirana e as áreas de interflúvio Jaquirana-Tapiche e Jaquirana-Pardo-Curuçá, abrangendo o setor norte da formação geológico-geomorfológica da Serra do Divisor, fronteira Brasil-Peru (ver mapa em anexo). No entanto – e apesar de documentação relativamente farta sobre este fato – o Estado peruano não tomou até o momento qualquer medida para reconhecer/confirmar sua existência. A falta de reconhecimento e de ações para a proteção deste(s) povo(s) por parte do Estado é ainda mais alarmante pelo fato de estarem sendo realizadas atividades exploratórias por empresas dos setores petrolífero e madeireiro na referida região, em lotes concessionados pelo próprio Estado. Se não forem adotadas medidas urgentes no sentido de paralisar tais atividades, há grande risco de que se repitam conflitos que caracterizaram a região em décadas anteriores, envolvendo povos indígenas, funcionários das empresas, população ribeirinha e demais atores regionais.

No Brasil, informações apontam a região compreendida pela bacia do rio Batã e cabeceiras de afluentes dos rios Jaquirana e Curuçá a ela adjacentes como provável área de ocupação contemporânea de índios isolados. Apesar de estar no interior da Terra Indígena Vale do Javari, este setor (sudoeste da Terra Indígena) carece de ações de controle dos limites da área demarcada e de estudos mais aprofundados de localização de isolados – devendo, portanto, ser priorizado pela FUNAI no planejamento das ações da Frente de Proteção Etnoambiental Vale do Javari e da Coordenação Regional Vale do Juruá. No Peru, a proposta de Reserva Territorial Tapiche, Blanco, Yaquerana, Chobayacu y Afluentes (antiga Reserva

Territorial Yavarí-Tapiche) ainda não foi reconhecida pelo Estado¹ e sua área encontra-se quase totalmente sobreposta por lotes para a exploração de petróleo e gás e por lotes para a exploração de recursos madeireiros. Além disso, em ambos os lados da fronteira a região é sujeita a invasões relacionadas à extração de madeira, à caça e coleta com finalidade comercial, bem como ao narcotráfico.

Essa situação aponta a necessidade de que sejam tomadas medidas urgentes pelos órgãos de Estado competentes do Brasil e Peru para o reconhecimento e proteção dos índios isolados na região do alto rio Jaquirana.

Caracterização geral da região e principais ameaças aos povos indígenas isolados

No lado do Brasil, a região a que se refere este documento está compreendida nos limites da Terra Indígena Vale do Javari, exceto pelo trecho que se estende desde as nascentes do rio Jaquirana (na Serra do Divisor) até pequeno afluente da margem direita deste rio, sem denominação, que serve de limite meridional da Terra Indígena em seu setor sudoeste. O trecho assinalado corresponde às cabeceiras do rio Ipixuna (também conhecido regionalmente como rio “Boa Fé”), afluente da margem esquerda do rio Juruá; no sentido Sul-Norte, é a porção de terra que separa a Terra Indígena Vale do Javari e o conjunto formado pela TI Nukini e o Parque Nacional Serra do Divisor.

O processo de regularização fundiária da Terra Indígena Vale do Javari foi concluído em 2001 (Decreto s/n de 02 de maio de 2001), após mais de duas décadas desde a primeira proposta de delimitação, reconhecendo uma área de 8.544.482 hectares de uso exclusivo dos povos Kanamari, Korubo, Kulina Pano, Marubo, Matis, Mayoruna (Matsés), Tsohom Dyapá e de povos indígenas isolados². Hoje as principais ameaças aos índios isolados na região mencionada (Terra Indígena) são:

- a atividade petroleira nos lotes 135 e 137, que fazem limite direto com a Terra Indígena Vale do Javari;
- a permanência de grave quadro de saúde generalizado na população do vale do Javari há décadas, com epidemias de malária, hepatites virais (A, B, D e C), mansonelose, dentre outras doenças infecto-contagiosas;
- a ocorrência de invasões esporádicas de caçadores;
- possivelmente a extração ilegal de madeira em pequena escala, bem como a utilização da região como rota de narcotráfico.

¹ Ela está dentre as cinco propostas de Reserva Territorial que aguardam o reconhecimento por parte do Estado peruano, que se dá por meio do estabelecimento de Comissão Multissetorial coordenada pelo Instituto Nacional de Desarrollo de los Pueblos Andinos, Amazónicos y Afroperuanos – INDEPA. Há mais duas propostas de Reserva Territorial na bacia do rio Javari e adjacências: a Capanahua (adjacente à Tapiche, Blanco, Yaquerana, Chobayacu y Afluentes, a sudoeste) e a Yavari-Mirim (ao norte).

² A maior concentração de povos indígenas isolados em uma mesma terra indígena no Brasil: são 14 referências de índios isolados reconhecidas pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI, 10 delas confirmadas.

Apesar de a Terra Indígena Vale do Javari estar hoje regularizada e dos avanços realizados nos últimos anos pela Fundação Nacional do Índio³ na proteção dos povos indígenas isolados que a habitam, ainda é insuficiente a presença do órgão na região assinalada (setor sudoeste da Terra Indígena), que está sujeita à pressão crescente dos municípios de Guajará (no Estado do Amazonas), Cruzeiro do Sul e Mâncio Lima (ambos no Estado do Acre).

Na última década se verificou o aumento do desmatamento na região, sobretudo no município de Guajará (AM), que faz fronteira com o Estado do Acre, ao sul da Terra Indígena Vale do Javari. O aumento do desmatamento nesta região está relacionado à expansão da atividade pecuária, e deve seguir tendência de aumento a partir da conclusão do asfaltamento da BR-364 no trecho Cruzeiro do Sul – Rio Branco, que facilitará o escoamento da produção e sua expansão. Obras de infra-estrutura regional planejadas para a região, como a conexão viária entre as cidades de Cruzeiro do Sul e Pucallpa, também implicarão na aceleração do desmatamento e dinamização dos processos de transformação do espaço por meio da especulação fundiária e degradação florestal nos municípios da região, representando séria ameaça aos índios isolados não só na região do alto Jaquirana, mas em toda a porção sul da Terra Indígena Vale do Javari⁴. Torna-se urgente, portanto, que o órgão indigenista do Estado brasileiro priorize a região assinalada, realizando atividades de localização de índios isolados e de monitoramento territorial.

No Peru, há um conjunto de figuras territoriais em sobreposição na região assinalada, algumas ainda não reconhecidas pelo Estado peruano, resultando em um quadro de insegurança jurídica e institucional no que tange à proteção dos povos indígenas isolados. Estendendo-se desde o conjunto geológico-geomorfológico da Serra do Divisor até os limites meridionais da Comunidad Nativa Matsés, encontra-se a proposta de Reserva Territorial Tapiche, Blanco, Yaquerana, Chobayacu y Afluentes (antiga proposta de Reserva Territorial Yavari-Tapiche), apresentada pela Asociación Interétnica para el Desarrollo de la Selva Peruana – AIDSESP em 2003. Em quase completa sobreposição a esta proposta encontra-se a Zona Reservada Sierra del Divisor, Área Natural Protegida atualmente em fase de categorização, gerida pelo Servicio Nacional de Areas Naturales Protegidas por el Estado – SERNANP. Por fim, toda esta região em território peruano encontra-se ainda sobreposta pelos lotes 135 e 137, concessionados para as empresas petrolíferas Pacific Stratus e Ecopetrol, respectivamente; e a lotes concessionados para a exploração madeireira na bacia do rio Tapiche. Mais a norte, esse mosaico de figuras territoriais contempla a Reserva Nacional Matsés, gerida pelo SERNANP, a Comunidad Nativa Matsés e a proposta de ampliação desta Comunidad Nativa.

Em território peruano, a principal dificuldade para a proteção dos isolados nas bacias dos rios Jaquirana e Tapiche é a falta de reconhecimento jurídico. Apesar de haver uma lei específica para a proteção de povos indígenas isolados e de recente contato no país (Lei 28736 de 18 de maio de 2006, regulamentada por meio do Decreto Supremo nº 008-2007 do Ministério de la Mujer y Desarrollo Social, de 05 de outubro de 2007), não foram adotadas

³ Por meio da Frente de Proteção Etnoambiental Vale do Javari, unidade ligada à Coordenação Geral de Índios Isolados e de Recente Contato do órgão indigenista que realiza ações de localização (investigação sobre referências de índios isolados não-confirmadas) monitoramento territorial e vigilância em caráter permanente e ininterrupto em alguns setores da Terra Indígena Vale do Javari desde 1996.

⁴ Levando em conta que as transformações decorrentes da implantação da rodovia poderiam alterar a dinâmica de ocupação e uso do solo também nos municípios de Ipixuna e Eirunepé (AM), situados a jusante de Guajará no rio Juruá.

quaisquer medidas pelo Estado para o reconhecimento e proteção de isolados na região em questão. É preocupante o fato de haver concessões outorgadas pelo Estado peruano a empresas para a exploração de petróleo e gás (os já mencionados lotes 135 e 137) e para a exploração de madeira:

“Existen 70 unidades de aprovechamiento forestal dentro de los territorios de los pueblos indígenas en aislamiento voluntario de la zona (...).” (ASOCIACIÓN INTERÉTNICA PARA EL DESAROLLO DE LA SELVA PERUANA, 2003, p. 65)

As concessões florestais e as concessões petroleiras são atualmente as principais ameaças aos isolados nas bacias do Jaquirana e Tapiche. O histórico destas atividades econômicas em territórios de povos indígenas isolados na Amazônia não deixa dúvidas quanto à sua incompatibilidade com a proteção e defesa dos direitos destes povos, na medida em que implicaram necessariamente (como implicam ainda hoje, na prática) a violação de uma premissa fundamental para o efetivo respeito à autodeterminação dos povos indígenas isolados: a intangibilidade de seus territórios. A não-observância plena deste princípio resultou, para diversos povos indígenas na Amazônia, em perdas territoriais e demográficas, na restrição do acesso a recursos necessários para a sua subsistência e reprodução sociocultural e em inúmeros conflitos.

Em relação à atividade petroleira, no vale do Javari há um caso particularmente ilustrativo, quando na década de 1980 a empresa Petrobrás realizou atividades de prospecção em territórios de povos indígenas isolados, resultando em inúmeros conflitos e até na morte de funcionários a serviço da empresa e da FUNAI. Alguns destes eventos se tornaram de conhecimento público na época:

“As equipes de pesquisa se aproximaram da área das malocas e em fins de outubro, ocorreram vários incidentes envolvendo índios arredios nas cabeceiras do Jandiatuba. Após um dos ataques, onde flecharam um trabalhador braçal que instalava bombas de dinamite para testes sísmicos, os índios foram afugentados com detonação de explosivos, vindo assim a abandonar, pelo menos por ora, o cerco ao acampamento.” (LABIAK et al, 1983, p. 91-92)

Sobre o incidente relatado acima, o presidente da Petrobrás na época, Shigeaki Ueki, deu as seguintes declarações para a imprensa (Jornal da Tarde, 30/12/1983):

“Os índios atacaram três tamponadores, conseguindo flechar um deles’, disse Ueki, indicando que os demais trabalhadores agruparam-se numa clareira. ‘Para evitar maiores consequências, os operários detonaram no chão da clareira, onde não havia índios, duas cargas moldadas. Com o estampido da explosão, os índios imediatamente abandonaram o cerco ao acampamento.’” (CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO, 1983, p. 93)

Apesar disso, a empresa seguiu realizando atividades de prospecção na bacia do rio Javari, levando a novos incidentes:

“Depois dos incidentes de novembro de 1983, quando um trabalhador foi flechado no rio Jandiatuba, fato idêntico ocorreria no igarapé São José, afluente do rio Itacoaí, quando em março de 1984 outro trabalhador foi ferido.” (LABIAK; NEVES, 1984, p. 130)

Mesmo diante da clara e manifesta oposição dos índios isolados às invasões promovidas pela Petrobras em seus territórios e dos protestos da sociedade civil, a empresa petroleira não interrompeu suas atividades. Como consequência, um funcionário da FUNAI e

um funcionário da CBG (Companhia Brasileira de Geofísica) foram mortos, levando finalmente à interrupção das atividades de prospecção promovidas pela Petrobras:

“Acompanhados de reduzida equipe da FUNAI, que não mais contava com os índios Canamari do P.I [Posto Indígena] Massapê, conhecedores da área, e que por desentendimentos abandonaram a equipe, os trabalhos de pesquisa da CBG continuaram normalmente até o dia 04 de setembro de 1984, quando novamente ocorreram choques: um sertanista da FUNAI e um funcionário da CBG foram mortos pelos chamados Korubo.” (LABIAK; NEVES, op. cit., p. 130)

Em relação à atividade madeireira no vale do Javari, existe farta documentação a respeito de seus impactos negativos sobre povos indígenas isolados, o que ocasionou grande número de mortes de indígenas, madeireiros e funcionários da FUNAI até a segunda metade da década de 1990.

Por outro lado, a falta de reconhecimento impede que se avance na cooperação interinstitucional para a proteção de povos indígenas isolados na região. Deste modo, a existência de isolados nas bacias dos rios Jaquirana e Tapiche não tem sido considerada no processo de categorização da Zona Reservada Sierra del Divisor, diferentemente do que se dá em relação à Reserva Territorial Isconahua, localizada no setor meridional da referida Área Natural Protegida. Embora uma possível categorização da ZRSD como Parque Nacional venha a tornar a área intangível, a falta de reconhecimento jurídico dos isolados nas bacias do Tapiche e Jaquirana inviabiliza a tomada de medidas específicas necessárias para garantir os direitos desse(s) povo(s).

Informações sobre índios isolados na região do alto Jaquirana

Diversas fontes consultadas mencionam a existência de índios isolados nas bacias do Jaquirana e Tapiche, em momentos históricos distintos. Em sua maioria são categóricas ao afirmar tratar-se de grupos da família linguística Pano, sendo recorrentes as denominações Capanahua, Kapanawa, Mayoruna, Mayuruna, Mayu, Mayus, Remo, Cashibo, Remoauca, Isconahua, Yaminahua, Amahuaca, dentre outras.

Apesar disso, uma informação chama a atenção por apontar a possibilidade de que um destes grupos, os Mayu, não fosse Pano⁵. De todo modo, este caso serve para ilustrar a grande dificuldade encontrada para se chegar a uma denominação satisfatória dos isolados habitantes da bacia do Jaquirana e de seu interflúvio com as bacias do Curuçá e Tapiche, embora o mais provável é que se trate mesmo de povo(s) de língua Pano, historicamente presentes na região. No entanto, se não nos é possível identificar ao certo *quê* povo(s) isolado(s) habita(m) esta região, podemos afirmar que há um conjunto de informações

⁵ Em primeiro lugar, cabe ressaltar que os Mayu a que nos referimos aqui seriam um povo específico, assim designado pelos Matsés (Mayoruna) atuais, como aponta Matos (2009, p. 18) – estes também afirmam que não compreendiam a língua dos Mayu (idem, p. 18). Esta observação se faz necessária porque a mesma expressão (ou similares, como Máyo) é empregada em diversas fontes para se referir aos mesmos Matsés, o que pode causar certa confusão. Segundo informação do linguista David Fleck apresentada por Krokoszyński (2007, p. 124) e Matos (2009, p. 21), os Mayu a que nos referimos tratar-se-iam do mesmo povo (ou muito próximo a ele) cuja autodenominação era *morike*, possivelmente de língua arawak.

disponível sobre *sua existência contemporânea* suficiente para justificar a paralisação de quaisquer atividades que venham a ameaçar este(s) povo(s) e a integridade de seu(s) território(s), até que sejam realizados estudos mais aprofundados pelos órgãos competentes para sua proteção no Brasil e no Peru – a saber, a FUNAI e o INDEPA, respectivamente.

Por este motivo, optamos por apresentar informações que indicam a existência de isolados nesta região a partir da década de 1980, quando se torna possível distinguir de modo mais preciso este(s) grupo(s) isolado(s) de seus vizinhos já então “contatados”, os Matsés (Mayoruna), Capanahua, Nukini, Marubo, dentre outros povos que habitam a região. Fazemos esta opção de modo a apenas contrastar as informações sobre a presença contemporânea de indígenas isolados na bacia do Jaquirana e adjacências daquelas de outros grupos cujo contato com segmentos das sociedades nacionais brasileira e peruana se deu desde meados do século XIX até as décadas de 1960/70. Isso não exclui a possibilidade de que estes isolados sejam um ou mais subgrupos Mayoruna, Capanahua, etc. – com efeito, boa parte da documentação disponível aponta os isolados da região do alto rio Jaquirana como sendo um ou mais subgrupos Matsés, como veremos.

Década de 1980

As primeiras propostas de demarcação da Terra Indígena Vale do Javari já apontavam a possível presença de índios isolados no alto rio Jaquirana. Este fato inclusive motivou uma readequação de limites entre a primeira e a segunda propostas da FUNAI para a criação do “Parque Indígena Vale do Javari”, ambas de 1981. Enquanto a primeira incluía na área demarcada o trecho do rio Jaquirana que se estende entre a antiga localidade de Lontanaza, a montante, e a foz do igarapé Ituxi, a jusante (ambos afluentes da margem direita do rio Jaquirana), deixando de fora do perímetro proposto o rio Batã e o igarapé Hospital (afluente da margem direita do Batã), a segunda proposta incluía as cabeceiras de ambos:

“A segunda [proposta], (...) em compensação, incorpora boa parte da bacia do Batã com base numa suposta existência de índios arredios.” (MELATTI, p. 79, 1981)

O mesmo Julio Cezar Melatti menciona novamente a presença de índios isolados no alto Jaquirana dois anos depois, na publicação “Aconteceu Especial 14 – Povos Indígenas no Brasil/1983”, organizada pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação – CEDI, ao denunciar invasões promovidas por empresário do município de Cruzeiro do Sul naquele ano:

“As atividades seringalistas estão afetando seriamente os Mayoruna, sobretudo os da aldeia Santa Sofia, mas também os arredios que andam pelo Batã e Hospital e ainda os que vivem nos igarapés Lobo e Ituxi.” (MELATTI, p. 81, 1983, grifo nosso)

Dentre os relatos coletados por Łukasz Krokoszyński et al (2007) em estudo antropológico sobre indígenas isolados na Serra do Divisor, realizado em parceria entre a AIDSESP e Universidade Adam Mickiewicz em Poznań – UAM, também há menção à presença de índio isolados no rio Batã na década de 1980:

“René Ribeiro Blanco (50) mantiene que pasó 3 años (1984-87) con los indígenas Mayus o Mayurunas que vivían aislados en el río Batã. De acuerdo a lo que dice, tenían tatuajes parecidos a los de los Matsés, sin espinas, y vivían en una maloca grande – según dice, de la misma tribu que los indígenas de la qda. [quebrada⁶] Choba (-yacu) – pero estaban aislados

⁶ Palavra que em espanhol quer dizer igarapé.

desde que hayan venido los “gringos”. René Ribeiro fue captado y después supuestamente actuaba como su “capataz”. De intérprete les servía un tal señor Abreu Sánchez (Arica/Lorico) que vivía con ellos. Según don René, viajaba a Requena escoltado por algunos de los Mayus que quedaban en Tapiche, esperando su retorno. En Requena cambiaba carne y pieles por vestidos y herramientas. Una vez, al estar robado en Requena por su amigo Nicanor Varias (?), decidió no volver a los Máyus, de miedo. Durante su estadía entre ellos, oyó hablar de 2 grupos que vivían en las cabeceras con quienes peleaban los Mayus. Esos indígenas eran – según él – los Cashibo y/o Remoauca. Incluso, mantiene que vio de lejos a un indígena de éstos. Los Remoaucas, dice, se distinguen por su barba, larga y blanca. No sabe si es natural o de las espinas (características también para los Cashibo). De acuerdo a lo que dice, los Remoauca y Cashibo eran las dos tribus que “venían del Tapiche abajo” (Tres Unidos, 03.04.07). Cabe mencionar que ambos etnónimos corresponden a los conocimientos de los moradores del Buncuya (¿tal vez también de Tapiche?), donde también aparecen (véase evidencia [162]).

Según los Matsés de las comunidades peruanas, no hay otros Matsés más, aislados, que ellos conozcan (tampoco los había en los años 1980) (D. Fleck, com. pers.). Sin embargo, el factor que da alguna veracidad a este testimonio es el mapa de Cavuscens & Neves de 1986, reproducida por Philippe Erikson (1999:62), donde en las cabeceras del Rio Batã aparece un grupo “Seguramente Mayoruna”, Matsés. En opinión de D. Fleck, si el testimonio es verosímil, existe una probabilidad de que sean un grupo Matsés separado desde hace mucho tiempo, u otro grupo mayoruna que también se autodenomina Matsés.” (KROKOSZYŃSKI et al, op. cit., p. 92-93)

Em 1986 também encontramos menção à presença de isolados na região, em publicação do Centro Ecumênico de Documentação e Informação – CEDI:

“Além dos Matsés já contatados existem outros, ainda isolados, na região dos rios Pardo e Negro onde, segundo informações de terceiros na área, em 1985, madeireiros comprovaram a presença de índios. Algumas informações existentes nos primeiros relatórios da AJUSOL [a extinta Ajudância do Alto Solimões, da FUNAI], citam a presença de Matsés isolados no alto Jaquirana, assim como na área compreendida entre os igarapés Santana e Flecheiras, respectivamente afluentes dos rios Javari e Curuçá. Contudo se faz necessária a constatação destas informações.” (CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO, 1986, p. 184)

Década de 1990

Apesar de estas informações não terem sido averiguadas pela FUNAI, dez anos depois persistem informações sobre isolados no alto Jaquirana. Na publicação “Povos Indígenas no Brasil: 1991-1995”, o indigenista Silvio Cavuscens fala de um “subgrupo Matsé entre a cabeceira do rio Negro, afluente do Pardo e o alto Jaquirana” (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 1996, p. 336):

“Em junho de 93, realizando uma correria no rio Amburus, afluente da margem esquerda do Curuçá, os Marubo do Maronal encontraram vestígios e cerâmicas que, de acordo com eles, pertenciam a um subgrupo Matsé isolado.” (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, op. cit., p. 337)

E continuam os relatos sobre novas evidências:

“Em junho de 94, um grupo de Marubo deslocou-se no igarapé Açaí, afluente da margem esquerda do Curuçá, onde encontrou vestígios recentes da passagem de índios isolados, tratando-se, segundo eles, de um subgrupo Matsé isolado.” (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, p. 337)

Relatório da Administração Regional da FUNAI⁷ de Atalaia do Norte encaminhado à 5ª Superintendência Executiva Regional do órgão em 22 de janeiro de 1990, *“referente [à] real situação dos grupos indígenas ISOLADOS e já CONTACTADOS, que habitam a área indígena Vale do Javari (...)”* (sic), também menciona informações sobre a existência de índios isolados na bacia do Batã:

“Temos ainda informações dos próprios índios Mayuruna do PIN [Posto Indígena da FUNAI] Igarapé Lobo, da existência de um grupo de Mayuruna isolado, localizados no alto rio Batã (afluente da margem direita do rio Jaquirana).” (FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, 1990, p. 1-2)

O Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Vale do Javari, de 1998, assim se refere à presença de isolados no rio Jaquirana:

“(...) o alto rio Jaquirana, em especial a zona situada acima da foz do rio Batã, afluente de sua margem direita, é uma região onde se constata historicamente a presença de índios denominados Remo e Kapanáwa. Além disso, esse território era ocupado eventualmente tanto por subgrupos Marúbo provenientes do rio Curuçá quanto por subgrupos Mayoruna que habitavam o alto rio Blanco, afluente do rio Tapiche, que ali se engajavam no trabalho dos seringais.

Com efeito, as informações sobre a presença contemporânea de índios arredios na região do rio Batã indicam quase sempre se tratar, possivelmente, de um subgrupo Mayorúna. Assim, a CI nº 011/SDC/ADR/ATL/88 afirmava haver ‘informações dos próprios índios mayuruna do PIN Igarapé Lobo, da existência de um grupo mayuruna isolado, localizados no alto rio Batã (afluente do rio Jaquirana)’. De fato, e tendo em vista a complexidade das categorias de identidade e pertença étnica entre os povos da família Pano, os Mayorúna tanto afirmam quanto negam, dependendo da ocasião, a existência de parentes seus que permaneçam em estado de isolamento. Isso também poderia refletir uma certa trajetória histórica, em que subgrupos antes próximos tenham perdido contato ao longo do tempo.

De qualquer forma, durante os levantamentos de campo deste GT, os Marúbo da aldeia Maronal nos deram notícias sobre a presença de um grupo arredio na região entre as cabeceiras do rio Curuçá e o igarapé Hospital, afluente da margem direita do rio Batã. Os Marúbo usam essa região para caça e extração de madeira. Disseram-nos que vêem rastros e percebem que alguém, às vezes, tira as bananas e pupunhas plantadas por eles. Relatam ter esses índios arredios deixado numa ocasião um caítitu morto no pátio ao lado da casa em que estavam, possivelmente como gesto de amizade. Os Marubo crêem tratar-se de um grupo Mayorúna. É possível conjecturar que, em função da ocupação e exploração madeireira promovida por não índios no curso do rio Batã e seu afluente, o igarapé Hospital, este grupo desconhecido tenha sido afugentado desta zona, passando então a residir ou transitar na região entre a margem direita do igarapé Hospital e as cabeceiras do rio Curuçá.” (COUTINHO Jr., 1998, p. 91)

⁷ Informações da FUNAI apresentadas neste documento foram disponibilizadas no âmbito do Termo de Cooperação Técnica nº 003/2008, que mantém entre si o órgão mencionado e o CTI.

Década de 2000

Transcorridos oito anos depois da apresentação do Relatório de Identificação e Delimitação da TI Vale do Javari, outro documento da FUNAI aponta novos indícios da presença de isolados no interflúvio Curuçá-Jaquirana, desta vez da Frente de Proteção Etnoambiental, unidade vinculada a então Coordenação Geral de Índios Isolados do órgão:

“Os Marubo de Morada Nova, comunidade localizada no alto rio Curuçá, há tempos acusam o aparecimento de índios isolados nas redondezas da única Maloca existente na comunidade, aparecimentos na roça que rodeia a maloca e muitos vestígios na mata que circunda a aldeia. A área onde construíram a Maloca já era conhecida, pelos Marubo, como zona de ocupação de gentio índio desconhecido, antes da construção dessa, pois habitualmente caçavam e pescavam na área. A aldeia foi criada em 2000, e desde então, sobretudo no verão, percebe-se a presença estranha. (...) Recentemente relataram uma tentativa de rapto, e assim fez-se necessário uma visita de integrantes da FPEAVJ [Frente de Proteção Etnoambiental Vale do Javari] à área, para averiguação dos fatos relatados e oficializados, e obtenção de mais informação dos grupos existentes nas cabeceiras do Rio Batã, Curuçá, Ituí e Igarapé Arrojo.” (FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, 2006, p. 4)

Segundo este relatório, os Marubo que vivem no alto Curuçá apontam duas áreas distintas ocupadas por índios isolados próximo a seu território no presente, uma delas justamente *“delimitada pelo lado esquerdo do alto rio Curuçá, até o rio Batã, abrangendo os Igarapés Amburus, Açaí, Hospital, e Satiacha.”* (FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, op. cit., p. 7) Dentre os relatos coletados pela equipe da FUNAI que esteve junto aos Marubo do alto Curuçá em 2006, destacamos o de “Manoelão” Marubo, que na década de 1980 viveu no igarapé Açaí, afluente da margem esquerda do Curuçá, trabalhando seringa. Segundo ele, um patrão da seringa de nome “Patrônio” teria avistado de avião uma aldeia de duas ou três malocas entre as cabeceiras do Batã, Açaí e Amburus. Certamente trata-se de Petrônio Magalhães, seringalista acreano que empreendeu um projeto de colonização no alto Jaquirana no início da década de 1980, fato mencionado em publicação do CEDI:

“[Petrônio Magalhães] Assentou numerosas famílias de seringueiros acreanos no Rio Jaquirana e Igarapés Batã e Hospital. A sede do projeto se localiza junto a pista de pouso de Bom Jesus. Arrendou os seringais Boa Vista, Batã e Hospital dos pretensos proprietários Alzanir Caldas Magalhães e Júlio Cabral. Em 1985, 64 seringueiros ainda trabalhavam para o seringalista na área.” (sic) (CAVUSCENS; NEVES, 1986, p. 182).

Ainda sobre este tempo em que viveu no igarapé Açaí, Manoelão Marubo relata que funcionários da Petrobrás que atuavam na região abrindo uma picada tiveram que interromper seus trabalhos por terem sido intimidados por índios isolados, que *“(...) jogavam contra eles pedaços de paus, bichos, enquanto gritavam e produziam barulho”* (FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, 2006, p. 9). Por sua vez, o próprio Manoelão encontrou na mesma época um roçado velho no igarapé Veado, que desemboca abaixo de onde ele morava, supostamente de isolados.

Além das informações acima mencionadas, este relatório da Frente de Proteção Etnoambiental da FUNAI aponta outras evidências relatadas pelos Marubo sobre a presença de isolados na região de interflúvio Curuçá-Jaquirana, como cochos de paxiúba encontrados às margens de igarapés, rastros (pegadas) encontradas próximo à aldeia Morada Nova

(situada na margem esquerda do alto rio Curuçá) e até mesmo uma suposta tentativa de rapto de mulher Marubo por isolados, no mesmo ano de 2006.

A presença de isolados no alto rio Batã é novamente mencionada em documento da Coordenação Geral de Índios Isolados da FUNAI intitulado “Povos Indígenas Isolados da Terra Indígena Vale do Javari”, de 2008, fruto de Termo de Cooperação Técnica entre o órgão indigenista brasileiro e o Centro de Trabalho Indigenista. O documento, que apresenta um quadro geral de informações sobre os povos isolados na referida Terra Indígena, afirma o seguinte a respeito dos isolados que habitam “*área compreendida entre os altos cursos do rio Jaquirana e seus afluentes, rio Batã e seu tributário igarapé Hospital; e rio Curuçá e seus afluentes: igarapés Açaí, Amburus e Setiacha*” (AMORIM, 2008, p. 11):

“É conhecida a presença de isolados no Alto igarapé Batã, afluente do Alto rio Jaquirana. (...)

Como já conjecturado no relatório de identificação da TIVJ, os isolados do Batã são, provavelmente, um grupo Pano-Maioruna, provável subgrupo Matsés, que permaneceu isolado.

Devido às atividades de extração de madeira empreendidas por não indígenas no igarapé Batã, migraram para leste, em direção ao curso do Curuçá, se estabelecendo entre o igarapé hospital e Açaí. (...) Os mesmos Marubo da comunidade Maronal que falaram sobre os isolados do Cravo/Arrojo, falam também da presença de isolados entre as cabeceiras do igarapé Hospital e Curuçá. Caiçuma, liderança Matsés, morador da comunidade Lobo, ao empreender uma excursão ao Alto Jaquirana, para limpar a picada da divisa da Terra Indígena em 2006, se deparou, durante a limpeza, com um tapiri de isolados.” (AMORIM, op. cit., p. 11)

O mesmo documento já apontava preocupação em relação aos impactos da atividade petrolífera no lado peruano da bacia do rio Javari sobre povos indígenas isolados que habitam a região, ao afirmar que “*a exploração petrolífera pode provocar o êxodo de isolados que habitam no lado peruano para a TIVJ.*” (AMORIM, op. cit., p. 12)

Em novembro de 2009, outro relatório da Frente de Proteção Etnoambiental Vale do Javari/FUNAI apresenta diversas informações sobre a presença de isolados na bacia do rio Jaquirana, fruto de levantamento realizado em campo por uma equipe do órgão. São em sua maioria relatos recentes, da década de 2000, coletados de diversos informantes em aldeias do povo Matsés (Mayoruna). Há relatos de avistamentos e de diversos vestígios encontrados em afluentes do Jaquirana no trecho entre o igarapé Betilla (também conhecido como “Quebrada Grande”, afluente da margem esquerda do rio Jaquirana) e o rio Batã, nos dois lados da fronteira – quebradas, piques, caminhos, pegadas, peças de cerâmica. Também há informações de avistamento de maloca por sobrevôo em avião de missionários “*de Pucallpa*” (CONDE, 2010, p. 33). Apesar de a maior parte das informações se referir ao trecho citado da bacia do Jaquirana – compreendendo também o interflúvio Jaquirana-Curuçá, sobretudo na região do igarapé Paraguai – há um relato de avistamento de isolados no rio Blanco, afluente da margem direita do rio Tapiche (CONDE, op. cit., p. 22). O documento também aponta áreas de ocorrência de recursos tradicionalmente utilizados para a confecção de flechas (tabocais e tacanaís): “*Segundo os próprios Matsés, há muita taboca de qualidade na área de alto curso do rio Jaquirana, nas áreas onde os indígenas relataram a ocorrência de vestígios de índios isolados.*” (CONDE, op. cit., p. 55)

O referido relatório conclui que *“há indícios que reforçam a presença de índios isolados na região. (...) O alto curso do rio Jaquirana é estreito, o que possibilita o trânsito de pessoas de uma margem a outra, independente de uso de embarcação. (...) Não se pode descartar a possibilidade de haver grupos Matsés (ou um grupo Pano, num sentido maior) que se distanciaram e se isolaram em áreas da região aqui trabalhada.”* (CONDE, op. cit., p. 55, grifo nosso) E alerta para o perigo que representa a atividade petroleira para a integridade física dos isolados e dos povos indígenas que habitam os dois lados da fronteira na bacia do rio Jaquirana, apesar do atual status de conservação da região, abundante em caça e recursos naturais: *“a pressão de petróleo pode ser prejudicial e impactante, para toda a região de rio Jaquirana, tanto no Brasil como no Peru”* (CONDE, op. cit., p. 55, grifo nosso). Por fim, aponta a necessidade de que a FUNAI realize novas expedições na região, que permitam uma investigação mais detalhada a partir dos dados coletados, focada especialmente nas áreas de maior ocorrência de vestígios.

Década de 2010

Informações do relatório de expedição realizada pela Frente de Proteção Etnoambiental Vale do Javari/FUNAI nas cabeceiras do rio Curuçá em 2010 também acusam indícios da existência de isolados no divisor de águas formado pelas cabeceiras do igarapés Hospital e Açaizal (afluentes dos rios Batã e Curuçá, respectivamente): *“no divisor de águas Curuçá e Jaquirana, foram vistas quebradas, o que nos deixou mais otimistas. Todas as informações estão apontando para a presença de isolados nessa região e especificamente no divisor de águas entre o igarapé Açaizal e o igarapé Hospital (alguns poucos quilômetros mais ao norte de onde fomos).”* (AMORIM, 2010, p. 8) Relatos dos Marubo da aldeia Komãya coletados na ocasião também corroboram esta informação. Membros desta comunidade afirmam perceber vestígios de isolados desde a criação da aldeia, em 1995; no entanto, indícios de sua presença teriam se intensificado a partir de 2008, o que os levou a demandar maior presença da FUNAI.

A última informação sobre isolados na bacia do Jaquirana é um relato de avistamento ocorrido entre agosto e setembro de 2011, e foi coletada em campo por um dos autores desta nota técnica (Conrado R. Octavio) em dezembro daquele ano. Trata-se de um relato de Lima Paredes Rojas Matsés, da aldeia Cashishpi, Comunidad Nativa Matsés. Ele e seu irmão Roberto passaram mais de um mês nas cabeceiras do Jaquirana, entre agosto e setembro de 2011, tendo chegado ao rio Ipixuna (conhecido regionalmente como rio Boa Fé, nome de comunidade ribeirinha localizada em sua foz) e de lá ido até Cruzeiro do Sul. Da aldeia Cashishpi, seguiram por rio até uma cachoeira situada abaixo do rio Batã, a qual não podiam atravessar de canoa. Seguiram por terra até a cabeceira do Jaquirana, onde o rio é estreito e há muitas pedras, segundo ele, tendo aí atravessado para o lado brasileiro da fronteira. Cruzaram as cabeceiras do rio Batã, onde encontraram muitos caminhos, piques e pegadas de isolados. Na região das cabeceiras do Batã e do igarapé Hospital escutaram cachorros e então encontraram caçadores de Cruzeiro do Sul (Acre), tendo permanecido em seu acampamento⁸ – segundo Lima Matsés, os caçadores os receberam bem e lhes deram comida. Acompanharam os caçadores até Cruzeiro do Sul e com eles regressaram ao acampamento. Deste ponto, seguiram viagem de volta para o rio Jaquirana, apenas Lima e seu irmão. Três

⁸ Esta informação indica que caçadores do vale do Juruá invadem a Terra Indígena Vale do Javari a partir do rio Ipixuna.

dias depois de deixarem o acampamento, Lima e seu irmão escutaram barulho de macaco preto e se esconderam atrás de um tronco. Avistaram um índio que vinha sozinho, nu, com flechas e um terçado pequeno na mão, cujo cabo era improvisado com envira. Segundo sua descrição, este índio tinha mais ou menos a sua estatura, a pele mais clara que a sua, cabelo cortado em forma de cuia, tinha bigode (pouco), dois traços de urucum pintados no rosto e um cordão de envira na cintura, amarrado ao pênis (ao estilo de outros povos Pano da região, como os Korubo e os Matis). As flechas eram iguais às dos Matsés, segundo ele – sua amarração, a ponta de taboca pintada de urucum, pena de mutum. Este índio vinha caçando na margem de um igarapé, imitando macaco preto, e não notou a presença de Lima e seu irmão, que permaneceram escondidos.

Lima já havia estado nesta região uma vez, quando tinha dezessete anos e trabalhou para o madeireiro Vítor Braga, de Benjamin Constant⁹, que explorava madeira no alto Jaquirana. Segundo Lima, naquele tempo se encontrava muitos vestígios de índios isolados na região do rio Batã – *“pertinho [os isolados] passavam [para] caçar, muito!”* – o que teria feito com que Vítor Braga descesse seu pessoal para outro igarapé: *“Aí deixou Vítor Braga, não pode trabalhar, pe, deixaram aí... Baixaram [para] outro igarapé trabalhando madeira.”*

Conclusão

Este documento se propõe a apresentar as informações mais contundentes de que dispomos sobre a presença contemporânea de índios isolados na região do alto rio Jaquirana, que apontam a necessidade de que os Estados brasileiro e peruano adotem medidas para o seu reconhecimento e proteção, fazendo respeitar os dispositivos legais assegurados aos povos indígenas em ambos os países. O conjunto de informações aqui apresentado mostra que desde a década de 1980 até os dias de hoje há diversos indícios sobre a presença de índios isolados na região do alto rio Jaquirana e em seus interflúvios com o Curuçá e o Tapiche.

A área com maior número de evidências registradas no Brasil acompanha uma das áreas com maior concentração de evidências de isolados no Peru, conforme estudo apresentado pela AIDSESEP (KROKOSZYŃSKI et al, 2007, p. 109). Por se tratar de uma região de cabeceira, há trechos em que a fronteira Brasil-Peru é facilmente atravessada a pé, portanto não há nenhum impedimento natural ao livre trânsito de índios isolados entre ambos os países – esta conectividade, aliás, é apontada no Estudo técnico para delimitação a favor dos povos indígenas em situação de isolamento voluntário localizados nos rios Tapiche, Blanco, Jaquirana, Chobayacu e afluentes (ASOCIACIÓN INTERÉTNICA PARA EL DESAROLLO DE LA SELVA PERUANA, 2003, p. 18-28). Segundo este estudo, os quatro *“espaços territoriais de uso da floresta”* identificados apresentam nexos/se conectam com áreas no Brasil (ASOCIACIÓN INTERÉTNICA PARA EL DESAROLLO DE LA SELVA PERUANA, op. cit., p. 47-53).

⁹ Cavuscens & Neves mencionam Vítor Braga em artigo de 1986: “O madeireiro Vítor Braga, que explora a região do Jaquirana há mais de dez anos, mantinha, em 1985, mais de vinte homens na região e conseguiu uma produção de madeira de lei superior a duas mil toras. Possui também um grande roçado, com 40 mil covas de mandioca. Não tem nenhum direito legal a esta área” (1986, p. 182).

Tais nexos certamente sofreram inúmeras transformações no último século, acompanhando as dinâmicas de cada período que se sucedeu na região. Mas se o alto Jaquirana já foi mais frequentado e habitado por população não-indígena em períodos anteriores – o que significou perdas territoriais e demográficas para os povos indígenas da região –, na última década a região assistiu a um esvaziamento desta população, acompanhando o processo de titulação da Comunidad Nativa Matsés e a regularização fundiária da Terra Indígena Vale do Javari. Este cenário, que aparentemente permitiria a reocupação de territórios, está sendo alterado pela realização de atividades de prospecção sísmica e perfuração de poços, cujos impactos negativos sobre populações indígenas isoladas já são conhecidos e foram experienciados por povos indígenas no vale do Javari em um passado recente, conforme apontamos anteriormente.

Embora o Estado peruano não tenha reconhecido até o momento a proposta de Reserva Territorial Tapiche, Blanco, Yaquerana, Chobayacu y Afluentes, o “Estudo de Impacto Ambiental para a Prospecção Sísmica 2D e Perfuração Exploratória no Lote 135”, apresentado pela Domus Consultoria Ambiental a serviço da empresa Pacific Stratus Energy S.A. (sucursal Peru), contém um “Protocolo de Relacionamento com Povos em Isolamento ou Contato Inicial”. Apesar de ter sido aprovado, tal estudo apresenta severas dissonâncias com os direitos assegurados aos povos indígenas no Brasil e com as políticas públicas voltadas a sua proteção e promoção, o que é preocupante, tendo em vista que a TI Vale do Javari está sob área de influência direta das atividades que estão sendo realizadas. As ações, práticas e procedimentos apontados no estudo em relação aos povos indígenas isolados não apenas são incompatíveis com a política adotada no Brasil para a sua proteção, como representam uma ameaça a ela, no caso específico dos isolados na bacia do rio Jaquirana.

A conduta e procedimentos estipulados pelo referido EIA em relação aos isolados revelam desconhecimento da problemática destes povos: permitem, por exemplo, o ingresso e permanência de terceiros para a realização de atividades de prospecção em território de isolados, sem que haja estudos detalhados sobre sua dinâmica de ocupação (portanto, a intangibilidade destes territórios não se verifica na prática); não assegura medidas eficazes de combate a doenças infecto-contagiosas como a gripe, em caso de contágio destas populações, colocando-as em risco; expõe funcionários e guias indígenas a serviço da empresa a situações de risco, além de apresentar práticas de caráter duvidoso quanto à sua efetividade em eventuais situações de contato (como a utilização de megafones para a comunicação e, em casos extremos, também de pistolas sinalizadoras, por exemplo).

Outro aspecto fundamental diz respeito a *sobre quem* recai a responsabilidade de executar tais práticas e realizar o seu acompanhamento. Na prática, sobre a própria empresa, que, como parte interessada na exploração de recursos naturais na área (petróleo e/ou gás), não é a instância apropriada para fazê-lo com a isenção necessária. Consideramos que algumas das práticas e procedimentos apontadas no referido EIA deveriam ser realizados *prévia e exclusivamente* pelo INDEPA (ou sob sua supervisão), como parte de investigações mais detalhadas sobre as dinâmicas territoriais dos isolados e de ações de monitoramento territorial.

Além disso, não apenas territórios de povos indígenas isolados, mas de todos os povos indígenas habitantes dos rios Jaquirana e Javari estão sob área de influência das atividades realizadas nos Lotes 135 e 137, contíguos à Terra Indígena Vale do Javari e situados em bacia hidrográfica binacional. Os povos indígenas no Brasil não foram consultadas sobre tais empreendimentos, tampouco houve qualquer manifestação do órgão de

Estado brasileiro responsável por proteger e promover seus direitos – a FUNAI – ou de órgãos ambientais em relação à atividade petroleira na bacia do rio Jaquirana.

Diante do exposto, solicitamos:

- A suspensão imediata das atividades relacionadas à prospecção sísmica e perfuração de poços no Lotes 135, até que sejam realizados estudos detalhados pelo INDEPA sobre a presença de isolados e suas dinâmicas territoriais na área da proposta de Reserva Territorial Tapiche, Blanco, Yaquerana, Chobayacu y Afluentes.
- Que a FUNAI realize levantamento detalhado sobre a presença de índios isolados na região do alto Jaquirana e estabeleça interlocução com as instâncias competentes do governo peruano para a proteção destes povos.
- Que o Estado brasileiro solicite informações ao Estado peruano sobre os Estudos de Impacto Ambiental dos lotes 135 e 137, por estarem situados em bacia hidrográfica binacional e afetarem diretamente comunidades indígenas no Brasil.
- Que o INDEPA e a Comissão Multissetorial realizem as atividades necessárias para a avaliação da proposta de Reserva Territorial Tapiche, Blanco, Yaquerana, Chobayacu y Afluentes (o que inclui levantamento de informações em campo) em caráter de prioridade.

Brasília – DF, 02 de fevereiro de 2012

Centro de Trabalho Indigenista – CTI

Referências Bibliográficas

AMORIM, Fabrício. *Povos Indígenas Isolados da Terra Indígena Vale do Javari*. Brasília: Coordenação Geral de Índios Isolados/Fundação Nacional do Índio, 2008.

_____. *Expedição de localização e reconhecimento ao Alto rio Curuçá*. Relatório da Frente de Proteção Etnoambiental Vale do Javari. Tabatinga: FUNAI, 2010.

ASOCIACIÓN INTERÉTNICA PARA EL DESAROLLO DE LA SELVA PERUANA. *Estudio Técnico: Delimitación Territorial a Favor de los Pueblos Indígenas em Situación de Aislamiento Voluntário Ubicados em los Ríos Tapiche, Blanco, Yaquerana, Chobayacu y Afluentes – Loreto*. Iquitos: AIDSESP-Dirección Regional Agraria – Loreto / Proyecto Especial de Titulación de Tierras y Cadastro Rural (PETT), 2003.

CAVUSCENS, Silvio; NEVES, Lino João de O. “Campanha Javari”. In: CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO. *Aconteceu Especial 17 – Povos Indígenas no Brasil/85-86*. São Paulo: CEDI, 1986, p. 180-183.

CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO. *Aconteceu Especial 14 – Povos Indígenas no Brasil/83*. São Paulo: CEDI, 1983.

_____. *Aconteceu Especial 17 – Povos Indígenas no Brasil/85-86*. São Paulo: CEDI, 1986.

CONDE, Ananda. *Segunda Reunião Binacional (Brasil/Peru) dos Matsés e Viagem de Reconhecimento ao rio Jaquirana*. Relatório da Frente de Proteção Etnoambiental Vale do Javari. Tabatinga: FUNAI, 2010.

COUTINHO Jr., Walter. *Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Vale do Javari*. Brasília: FUNAI, 1998.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. *Relatório referente à real situação dos grupos indígenas ISOLADOS e já CONTACTADOS, que habitam a área indígena Vale do Javari*. Relatório da Administração Executiva Regional de Atalaia do Norte. Atalaia do Norte: FUNAI, 1990, p 1-2.

_____. *Relatório referente à viagem realizada à aldeias Marubo: Indícios dos índios isolados do alto Rio Ituú, alto Rio Curuçá e seus afluentes*. Relatório da Frente de Proteção Etnoambiental Vale do Javari. Tabatinga: FUNAI, 2006.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Povos Indígenas no Brasil: 1991-1995*. São Paulo: ISA, 1996.

KROKOSZYŃSKI, Łukasz; STOIŃSKA-KAIRSKA I.; MARTYNIAK A. *Indígenas aislados en la Sierra del Divisor (Zona fronteriza Perú-Brasil): Informe sobre la presencia de los grupos indígenas en la situación de aislamiento voluntario en los afluentes derechos del bajo Ucayali, desde el río Callería hasta el alto Maquía (Sierra del Divisor occidental), en los departamentos de Ucayali y Loreto*. Iquitos-Lima-Poznań: UAM-AIDSESEP, 2007.

LABIAK, Araci Maria; NEVES, Lino João de O.; RIBEIRO, Vilma M. Arredios nos varadouros da Petrobras. In: CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO. *Aconteceu Especial 14 – Povos Indígenas no Brasil/83*. São Paulo: CEDI, 1983, p. 91-92.

LABIAK, Araci Maria; NEVES, Lino João de O. A Petrobras e os arredios do Itacoá e Jandiatuba. In: CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO. *Aconteceu Especial 14 – Povos Indígenas no Brasil/1984*. São Paulo: CEDI, 1984, p. 130-132

MATOS, Beatriz de Almeida. *Os Matsés e os Outros – elementos para a etnografia de um povo indígena do Javari*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

MELATTI, Julio Cezar (org.). *Povos Indígenas no Brasil*, São Paulo: CEDI, 1981, v.5 [Javari].

_____. Os Índios Esquecidos e Ameaçados. In: CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO. *Aconteceu Especial 14 – Povos Indígenas no Brasil/83*. São Paulo: CEDI, 1983, p. 80-86.